



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
CURSO INTENSIVO DE PEDAGOGIA
CONVÊNIO UNEB/FAPES
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU - BAHIA

GISMÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA
JOSÉ NILTON BISPO CARDOSO
SANDRA REGINA BISPO CARDOSO
TAMARA MIRNA OLIVEIRA SANTANA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Morro do Chapéu

2001

GISMÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA
JOSÉ NILTON BISPO CARDOSO
SANDRA REGINA BISPO CARDOSO
TAMARA MIRNA OLIVEIRA SANTANA

78

PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

PROFESSOR – ORIENTADOR
PROF. MESTRE CARLOS ZACARIAS F. DE SENA JÚNIOR



Trabalho monográfico apresentado como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pelo Programa Rede UNEB 2000, no município de Morro do Chapéu, do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV.

UNEB - DEP. IV - IAC

Que Deus nos dê forças para mudar as coisas que podem ser mudadas; serenidade para aceitar as coisas que não podem mudar; e sabedoria para perceber a diferença.

Mas Deus nos dê, sobretudo, coragem para não desistir daquilo que pensamos estar certo...

(Chester W. Nimitz)

Aos nossos pais:

A vocês que nos deram a vida e nos ensinaram a vivê-la com dignidade, a vocês que se doaram por inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, pudéssemos realizar os nossos. Neste momento de emoção e conquista, vemos o quanto a nossa realização se torna a realização de vocês. Obrigado por tudo

A um amigo especial

Rônei Rocha, que tantas vezes foi o nosso mestre.

Dedicamos este trabalho a todos que nos ajudaram direta ou indiretamente. Aos professores da Rede UNEB 2000, por terem proporcionado ricas experiências com suas orientações seguras e de sobremaneira elucidativa, e em especial ao Professor Orientador Zacarias que nos possibilitou um crescimento bastante inovador e instigante que é o Projeto Político – Pedagógico e que tanto nos preocupa como educadores.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM QUESTÃO.....11
DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 13

CAPÍTULO 2

A ELABORAÇÃO DO PROJETO.....18
GESTÃO PARTICIPATIVA.....20
PROFESSORES ENVOLVIDOS.....26
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE.....31

CAPÍTULO 3

A EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....35
PLANEJAMENTO.....43
PROJETOS DIVERSOS.....46

CAPÍTULO 4

A DICOTOMIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....52
ANALISANDO AS ESCOLAS EM ESTUDO.....54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....56

ANEXOS.....59

BIBLIOGRAFIA.....76

INTRODUÇÃO

A Proposta desse trabalho é analisar as condições em que se dá a elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico nas Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo localizadas, respectivamente nos Povoados de Tamboril e Santa Mônica.

Entendendo que na elaboração de um Projeto Político Pedagógico o que se requer é o domínio de visão em que se situam os problemas da escola e da comunidade, procuramos identificar, ao longo da pesquisa, o nível conceitual dos envolvidos na elaboração do referido projeto com o intuito de detectar potencialidades e fragilidades das Unidades Escolares em estudo.

Para repensar as questões do ensino e da educação, é preciso que o planejamento esteja coerente com a realidade de cada escola e de cada região. Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico, deve ser de extrema relevância, cabendo ao professor e à comunidade escolar entrarem num consenso para que, ao longo de todo o trabalho, não tomem atitudes contraditórias. Sendo assim buscaremos o diálogo teoria/prática que serve de esteira para uma prática de ensino construtivo e desafiador.

Além disso, espera-se conhecer métodos que colaborem para a melhoria gradativa do processo ensino-aprendizagem nestas unidades

escolares, contextualizando a elaboração e execução de projetos, com estratégias que envolvam a comunidade tanto na elaboração quanto na execução destes.

O trabalho docente, sendo uma atividade intencional e planejada, requer estruturação e organização, afim de que sejam atingidos os objetivos do ensino, visando formar pessoas aptas para desenvolver suas capacidades mentais e intelectuais, como também melhorar sua posição na vida.

Atualmente, discute-se bastante nas escolas os temas: cidadania, autonomia e participação; nessas discussões percebe-se a exigência e necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico próprio de cada escola, ressaltando com mais abrangência os fatos locais, fazendo um intercâmbio com o global.

A falta de um Projeto Político-Pedagógico constitui um entrave no desenvolver do processo ensino-aprendizagem. Por este motivo, é mister a construção de tal projeto para que assim haja a escola para a educação de qualidade. Espera-se desta forma está caminhando juntos em direção a melhoria da qualidade da educação pública.

O município de Morro do Chapéu possui atualmente 85 escolas municipais que ministram da Pré-Escola ao Ensino Fundamental. Dentre essas escolas, serão objeto de observações e estudo, as Escolas Municipais Andradina Montenegro, situada no Povoado de Tamboril, e Manoel Figueiredo no Povoado de Santa Mônica.

A Escola Municipal Andradina Montenegro ministra o ensino de 1ª a 8ª série, sendo que existe cinco professores que lecionam de 1ª a 4ª série, onde dois professores têm o nível médio – magistério - e três que estão cursando o

Programa Rede UNEB 2000. Conforme dados da Secretaria Municipal da Educação, no ano de 2000, foram registrados 145 alunos matriculados de 1ª a 4ª série; neste universo houve 53% de aprovação, 17% de reprovação, 10% de transferências e 20% de abandono. Já no ano de 2001 foram anotadas 86 matrículas de 2ª a 4ª série, sendo que na 2ª série com 23 alunos, na 3ª 38 alunos, e na 4ª série com 25 alunos. A 1ª série é ministrada na Escola Municipal Durval Montenegro, situada no mesmo Povoado.

Na Escola Municipal Manoel Figueiredo ministra-se o ensino fundamental menor, com classe multisseriada de 2ª e 3ª série e um professor que está cursando o Programa Rede UNEB 2000. De acordo com dados da mesma Secretaria, ocorreu um total de 32 alunos matriculados em 2000; destes, 75% de alunos aprovados, 3% reprovados e 22% de abandono.

No primeiro capítulo têm-se uma abordagem a respeito do que é o Projeto Político-Pedagógico, suas concepções e as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação na sua elaboração.

Seguindo, a elaboração e execução do referido Projeto são as molas - mestras dos capítulos dois e três pois segundo pesquisa realizada, o problema não se encontra na elaboração e sim, na execução. Abordam também, a necessidade da prática de outros projetos que surgem com o Projeto Político - Pedagógico, enfocando os projetos já realizados pelas Unidades Escolares em estudo.

A gestão participativa tem um enfoque especial pois não há um bom Projeto caso não haja o envolvimento de toda comunidade escolar - vide direção, professores, alunos e comunidade geral - tanto para elaborar como executar o Projeto Político - Pedagógico.

A dicotomia entre teoria e prática é a tônica do quarto capítulo e relata-se as dificuldades e necessidade das escolas municipais de Morro do Chapéu elaborarem e executarem o Projeto Político – Pedagógico.

As considerações finais fazem um apanhado geral a respeito do trabalho acadêmico realizado , ressaltando, mais uma vez, a necessidade de cada escola municipal possuir o Projeto Político – Pedagógico e que este, seja elaborado, a partir das necessidades locais das comunidades escolares e que haja, realmente, sua execução.

1 - O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM QUESTÃO

Diversos estudiosos afirmam que o ambiente escolar deve ser propício para a formação de cidadãos críticos e conscientes a respeito do meio em que vivem. Por este motivo, o planejamento escolar é de suma importância para mostrar os rumos que a educação deve seguir em determinadas circunstâncias:

"A proposta pedagógica pode ser comparada a uma bússola: é ela que norteia (indica o Norte) da escola. Mais propriamente falando, a proposta pedagógica pode ser vista como a Rosa-dos-Ventos, que não apenas indica o Norte, mas permite localizar os diversos espaços pedagógicos dentro da escola, com um grau razoável de precisão".(SEED: 1998, p. 02)

No sentido etimológico, o termo "projeto" vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante. O projeto pedagógico deve ser de sentido formador, tanto de alternativa de

ensino como de aliados para promover uma mudança radical na educação devendo buscar facilitar a democratização da gestão escolar.

No início do Projeto Pedagógico relata-se a proposta que a escola quer mostrar-se à sociedade; com uma matriz curricular, explicitando os objetivos gerais do ensino e as principais estratégias utilizadas para ministrá-las. A identidade da escola deve incluir não aquilo que é geral, que toda escola deve fazer. Deverá ser incluído ao contrário, o que é específico dessa escola, o que faz com que essa escola seja o que é e busque os resultados a que se propõe.

A escola assim como as pessoas e o mundo, não estão prontos. Ela está em constante transformação. O que está bom deve ser mantido; o ruim, modificado. Vive-se, assim, um movimento contínuo de manutenção, criação e transformação.

O desafio que representa o Projeto Político Pedagógico é o de entender e considerar que este é um processo contínuo de construção, cujos resultados são gradativos. Deve ser visto como uma forma de organização do trabalho pedagógico da escola, devendo ser elaborado de acordo com questões norteadoras para uma escola democrática, pública e gratuita.

Segundo Ilma Passos A. Veiga

“O projeto político pedagógico é entendido como a própria organização de trabalho pedagógico, parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pelas manifestações das práticas contraditórias, que apontam para luta e / ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico”. (1996, p. 22)

1.1 – DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O tema de estudo desse projeto abrange a discussão a respeito das dificuldades encontradas pelos professores que lecionam nas séries iniciais do Ensino Fundamental no município de Morro do Chapéu, mais especificamente nas localidades de Santa Mônica e Tamboril.

A escola de qualidade é aquela que respeita o tempo propício da criança de ser criança; que considera suas hipóteses, seus percursos próprios de aprendizagem e seu direito de aprender significadamente em um ambiente em que a ética e a estética estão presentes como expressão do projeto educativo da comunidade escolar e que lhe assegure o direito ao brincar, ao sonhar, conhecer e ser ela mesma. Esta postura pedagógica depende da autonomia do educador no exercício permanente da reflexão, sobre o seu fazer e seu saber.

Para a construção coletiva de um Projeto Político - Pedagógico, com capacidade de atender às necessidades dos alunos e a mediação do saber, é preciso que haja um processo que leve a comunidade escolar a buscar o autoconhecimento e o conhecimento das realidades do seu contexto.

A primeira condição para a mudança é a que contempla o educador, esteja na função que estiver, pois se ele não estiver disposto à reconstrução de sua formação, do seu aprimoramento profissional, todo processo estará comprometido. Daí o importante papel dos cursos para o fortalecimento da educação inicial e continuada, pois o domínio das bases teóricas metodológicas pelos educadores evitem que novas concepções resultem

apenas em rótulos, provocando mudanças para um simples modismo e não por conhecimentos com bases sólidas.

A raiz sustentadora do processo de reconstrução é a abertura do espaço para reflexões e o estudo. O autoritarismo, o comodismo e as resistências são os ingredientes para que a escola não se concretize em projetos e continue na utopia.

Com a elaboração do Projeto Político – Pedagógico ficam resgatados pela a escola a sua identidade, intencionalidade e a revelação de seus compromissos. A ausência desta construção, resulta em escolas que não escolhem sobre o seu fazer, pois apenas engavetam projetos de pessoas anônimas. Por isso, muitas escolas possuem falsas identidades, apresentando-se como aberta aos novos conhecimentos e agindo como fonte de sustentação da verdade.

Para que a escola concretize a construção do seu projeto, precisa ter clareza do seu aluno, do cidadão que pretende formar, está organizada democraticamente, valorizar o interativo e por fim contar com profissionais que priorizem as orientações teórico-metodológicas de construção do projeto.

O trabalho coletivo enfatiza Guedez “é um recurso teórico – metodológico que explicita os propósitos, as normas e os suportes epistemológicos de uma concepção educativa; ele deve ser flexível e apoiar a tradução das ações a quem serve”. (1982: p. 20). O que valida o conteúdo desse trabalho coletivo é a maneira consensual como se constrói, o que pressupõe em contexto livre de coações e autoritarismo.

A proposta de um projeto que tem a sua especificidade e memória, respalda-se por meio de experiências, ações concretizadas, permitem ao

coletivo constante reflexão sobre a sua prática educativa, não pode ser um mero modismo. O importante do Projeto Político-Pedagógico é a percepção de que a autonomia e a melhoria da qualidade da escola se solidificarão pela construção e pela efetivação de um projeto dessa natureza.

Este Projeto, não garante que a escola se transforme magicamente em instituição de melhor qualidade. Mas permitirá que seus integrantes tenham consciência do seu caminhar, pensando em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade de mudanças.

Hoje já se encontram educadores mais abertos ao diálogo do que anteriormente; pois na hora de tomar decisões já as fazem de maneira mais coletiva e democrática, onde há discussão e geralmente chega-se a um consenso.

Assim o Projeto Político-Pedagógico é mais enriquecedor, pois os membros da comunidade escolar participam ativamente da sua construção, onde é baseado na escola possui de particular levando em conta os seus limites, recursos materiais e humanos, enfim, sua história e sua cultura interna. Mas na maioria das escolas a ponte que liga o que se faz e o que se deseja fazer se rompe e tudo fica no nível do desejável. A insatisfação alastra-se entre os profissionais e os mesmos vão em busca de justificativas do não realizado em elementos externas.

A educação brasileira está recheada de profissionais de diversos tipos: uns preguiçosos que repetem todos os anos a mesma prática pedagógica ano a ano, sem alcançar o sucesso desejado; os acomodados que ficam à espera de salvação práticas para os problemas do cotidiano escolar, e outros que se

preocupam com as mudanças, e participam de forma ativa e criativa para transformar a sua metodologia em sala de aula.

“A escola muitas vezes, é acusada pelo trabalho alienado de seus profissionais, e, desta acusação é atingida por uma das dimensões da alienação que segundo MARX, está associada ao caráter da objetivação. Onde o trabalho deixa de ser vital criador e prazeroso para se tornar apenas meio de subsistência.”(KOSIK 1998: e LEFEBVE, 1979: p. 47)

Assim a vida cotidiana, passa a ser um espaço de mediocridade com alguns valores, como o individualismo, a neutralidade, a competição, intensificadas pela estrutura capitalista de organização social. Nos últimos anos, tem se intensificado as discussões sobre este paradigma. Corre o risco de transformar-se em modismo, pois às vezes é utilizado de forma errônea e com certos abusos.

O paradigma exclui a investigação científica de alguns problemas cujas soluções antecipem a ele, abrindo novos caminhos para a interdisciplinaridade, pois os fatos eram estudados de forma muito singular e homogênea. Na atualidade, a realidade é cada vez mais complexa, plural e heterogênea, ajudando no desenvolvimento dessa realidade sem excludência.

Ao longo do percurso da profissão os educadores vivem e aprendem experiências conceituais e práticas mesmo que a lentos passos. Estes são vivenciados no cotidiano da sala de aula, na postura de cada educador que busca um paradigma que melhor explique o seu fazer educativo. O que se vê instaurado nas escolas, são os profissionais que esperam as receitas ou modelos, mas que não são absorvidos por não serem gerados a partir do

cotidiano escolar, acontecendo o descompasso entre o paradigma instalado e o que a realidade solicita.

Fernando J. de Almeida e Fernando M. Fonseca Júnior (2000: p. 40) explica que

“A maturidade de uma escola faz com que ela perceba que a realidade educacional é bem mais complexa nos tempos em que vivemos. É preciso muita paciência e capacidade de esperar mantendo viva a atenção. É preciso certo tempo antes de percebermos que nosso destino é trabalhar em conjunto numa sociedade que pretende fragmentar os pensamentos e os pensantes.”

Essa maturidade é uma construção intensa que se consegue através de pontos norteadores construídos e assimilados na história de vida de cada um no cotidiano. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Daí a pluralidade de projetos pedagógicos na educação.

A gestão democrática requer uma mudança de mentalidade da comunidade escolar e que os usuários da escola seja seus dirigentes e gestores e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais: todos assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

O aluno é sujeito da sua aprendizagem e para isso precisa participar ativamente do projeto da escola para o exercício da cidadania. Este projeto escolar depende da ousadia dos seus agentes e do contexto em que a escola está inserida.

2 - A ELABORAÇÃO DO PROJETO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, prevê que os estabelecimentos de ensino - respeitados as normas comuns e as de seu sistema de ensino - terão o encargo de elaborar e executar sua proposta pedagógica como rege os artigos 12,13 e 14:

Nos artigos 13 e 14, a LDB diz que a elaboração da proposta pedagógica contará com a participação dos profissionais da educação, quer deverão ainda definir e cumprir plano de trabalho para concretizá-la.

“Com tais dispositivos, a lei quis dar realce ao papel da escola e dos educadores na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, as diretrizes dos Estados e Municípios e capazes, ao mesmo tempo, de levar em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino. Assim, cada proposta ou projeto pedagógico, retrata a identidade da escola. É um amplo trabalho de construção, que exige competência pedagógica e clareza quanto ao compromisso ético profissional de educar o cidadão deste

novo tempo. Em outras palavras, o projeto pedagógico é a própria escola cidadã". (SEED, 1998: p.10)

Como o texto relata, a falta de um Projeto Político-Pedagógico é considerada como a falta de essência da própria escola. É de extrema importância e urgência a elaboração e execução deste instrumento para as Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo com o intuito de melhorar gradativamente o processo ensino x aprendizagem destas Unidades Escolares.

A linha norteadora da construção do Projeto Político-Pedagógico, sugerido neste trabalho acadêmico, seguirá as indicações de Ilma Passos Alencastro Veiga em seu livro Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.

A autora busca a organização do trabalho pedagógico por meio da constituição de um Projeto Político - Pedagógico, através da reflexão e de discussão dos problemas da escola procurando alternativas viáveis à concretização dos objetivos propostos. Estas ações realçam a idéia de um processo democrático de decisões, que procurem eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo a rotina burocrática das escolas.

Para tanto, a elaboração do Projeto Político - Pedagógico é fundamentada na Gestão Participativa, devendo haver uma divisão harmoniosa das tarefas para os agentes envolvidos nesta construção: diretores, coordenadores pedagógicos, professores e comunidade.

2.1 - GESTÃO PARTICIPATIVA

A escola já não deve se limitar a simples instrução, mas cooperar cada vez mais com os outros setores da comunidade, com vista à preparação dos jovens para a vida social, familiar e profissional.

“Do ponto de vista de sucesso, o importante não é a gestão do negócio, mas o entendimento claro do que é o empreendimento e de como ele está inserido no mercado. No caso da escola como este empreendimento se insere na sociedade e no ambiente da comunidade escolar. A gestão em si é o mais simples. As pessoas precisam acreditar que podem fazer a gestão da escola como administra a sua casa e as suas contas domésticas”. (SEC, 2000: p. 2)

A liderança precisa de um conteúdo não apenas administrativo, mas também pedagógico, no sentido de ser fortemente orientado para valorização do desempenho tanto da equipe escolar quanto para os alunos. O diretor é quem está mais bem condicionado para assumir essa condução.

A Escola Municipal Manoel Figueiredo, por ser uma escola de pequeno porte não possui direção; isso dificulta a gestão participativa escolar. Já a Escola Municipal Andradina Montenegro, a diretora está participando de cursos promovidos pela Coordenação Pedagógica Municipal com o fim de capacitá-la para a implantação da gestão participativa.

“O projeto político pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola. Ao delinear essa competência o projeto político pedagógico

consolida a escola como lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema. Ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos. E ainda, ao se constituir como processo, indica e reforça a função precípua da direção da escola e da equipe diretiva ou coordenadora de cuidar da “política educativa”, do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e de liberá-lo administrando a consecução dos objetivos”. (VEIGA, 1995: p. 37).

É importante que idéias inovadoras sejam apresentadas à escola e é necessário que estas idéias, sejam discutidas aprimoradas e adotadas de forma prática cotidianamente, por todos que participam do trabalho escolar.

A escola é uma organização que tem uma missão pedagógica claramente conhecida pela sociedade. É necessário que todos compreendam que ela deve centrar a sua ação no fazer pedagógico. Tornar-se necessário que dirigentes e coordenadores compreendam que ele – o diretor - é o maior responsável pelo incentivo, pela facilitação e conseqüentemente pela consecução do Projeto Político-Pedagógico.

É de suma importância que o diretor seja o líder pedagógico; ele dirige uma instituição que tem como foco o pedagógico, como meta principal possibilitar o conhecimento e conseqüentemente o sucesso escolar aos seus alunos.

O diretor precisa estar ciente de sua função como possibilitador, incentivador, responsável por abrir caminho para que aconteça na escola a

dirigente, usar das prerrogativas que o cargo lhe assegura para disseminar práticas de trabalhos em parceria na escola que dirige.

Algumas características e aspectos presentes em gestões bem sucedidas indicam que as novas concepções de gestão participativa podem levar a escola a alcançar resultados positivos, tanto do ponto de vista pedagógico quanto administrativo.

O diretor é escolhido pela vontade do agente que o indica, ou seja, pelo vereador ou pelo prefeito do município. Assume um cargo de confiança e torna-se o representante do poder Executivo na Escola. Por isso mesmo pode ser substituído a qualquer momento, de acordo com os interesses políticos e com as conveniências daqueles que os escolheram.

Surge a importância da eleição de dirigentes escolares que é apenas um dos componentes da gestão democrática e só terá efeito prático eficaz se associado a um conjunto de medidas que garantam a capacitação para participação efetiva dos representantes escolares e da comunidade nos destinos. Essa participação efetiva exige que se procure entender as características dos sujeitos aos quais faz-se tal referência.

A escola cidadã é também comunitária quanto à gestão, pois todos os segmentos escolares e comunitários devem eleger o dirigente escolar, definir e deliberar de forma socializada sobre as suas diretrizes e prioridades, acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução de seu Planejamento Político - Pedagógico.

É generalizada a opinião de que é preciso melhorar as escolas públicas. Muitas pessoas têm a idéia correta de que isso será conseguido, equipando materialmente as escolas, melhorando os salários e condições de trabalho e de

formação dos professores. Certamente isso é indispensável. Mas, é menos comum que se perceba, a importância de conhecer a população atendida pelos serviços escolares.

Quase não se nota que se sabe muito pouco a respeito dessa população e não seria exagero dizer que ela é uma grande desconhecida. É claro que os professores, diretores e coordenadores entram quase todos os dias em contato com os alunos, mas isso não basta para que se chegue a uma noção mais exata a respeito deles.

Por esse motivo, o Projeto Político-Pedagógico, procura contribuir para que a escola conheça a si mesma. Os componentes da equipe fizeram uma ampla entrevista e levantamentos de dados nas Escolas em estudo, tendo como resultado elementos para traçar um perfil de professores, diretores, coordenadores e comunidade, na busca de saber quem são e o que pensam. Esse é um ponto de partida para eles mesmos inventarem uma escola pública melhor.

As Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo, propõe refletir sobre os processos de efetivação de gestão participativa: reflexão coletiva e solidária, muito diferente da cisma solitária de um diretor atrelado de afazeres em seu gabinete.

São muitos aqueles que lutam pela escola pública e procuram efetivar uma gestão participativa. A concretização desta participação se dá no sentido globalizado e não em bases individualizadas, o que seria o mesmo que apostar na fragilidade inerente a qualquer processo fragmentado. É com essa visão, que se entende a necessidade de trabalhar-se sempre com o coletivo, tendo claro que o coletivo não é mera soma das partes, mas sim o resultado de um

processo orgânico (re) construído a partir da trilogia: gestão participativa, mobilização social e Projeto Político-Pedagógico.

As Escolas Municipais em estudo tentam buscar um trabalho coletivo, já que a realidade é a mesma refletida em cada uma das salas de aula. Por não ser uma prática, o trabalho coletivo ainda não é totalmente viável entre as escolas, embora se anseie muito por ele. Entretanto, tenta-se colocar em prática a construção desse trabalho.

Distribuir o espaço físico das escolas, montar a matriz curricular, dar conta da documentação, expedir ofício e memorandos, sem dúvida, tudo isso faz parte da tarefa do diretor. Mas a essência de seu trabalho consiste no planejamento, organização, direção e controle da unidade que gera, de modo eficiente. Por mais óbvio que possa parecer, essa tarefa não é tão óbvia, nem tão simples.

A um diretor gestor, responsável pela catalisação de muitas idéias, ideais e afazeres diversos, cabe reconhecer, valorizar e redefinir o tempo e o espaço em que a escola se dar, de modo a fazê-la caminhar a serviço da comunidade. Os gestores enriquecem o processo de execução de uma gestão realmente participativa e eficaz.

A direção da Unidade Escolar Andradina Montenegro e a Coordenação Pedagógica Municipal são unânimes em expressar que o Projeto Político-Pedagógico é um norteador das ações pedagógicas das escolas a que auxiliam o desenrolar das atividades pedagógicas do professor, servindo como incentivador e inovador da metodologia utilizada pelos educadores.

Apenas algumas escolas municipais possuem o Projeto Político-Pedagógico feitos apenas como requisito burocrático para a autorização de

funcionamento destas e a Coordenação Pedagógica defende à idéia de que a elaboração de tal projeto deve partir da própria comunidade escolar que conhece as necessidades que cada escola possui.

Estas escolas que possuem o Projeto Político-Pedagógico, inclusive a Andradina Montenegro, não estão executando tal projeto, por não haver uma sincronia entre os envolvidos no processo, além de não condizer com a realidade encontrada. O Município de Morro do Chapéu está na iminência de realizar concurso público e a Coordenação Pedagógica em consonância às diretrizes da Secretaria de Educação considera que tal documento deve ser elaborado com professores já concursados no ano letivo de 2002.

2.2. - PROFESSORES ENVOLVIDOS

O envolvimento dos professores na elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico é um dos fatores que colabora para a melhoria do ensino-aprendizagem. Com a participação ativa e criativa destes, a organização do trabalho pedagógico, torna-se mais enriquecedor facilitando o processo de aprendizagem do alunado.

Os educadores devem estar engajados no processo educativo, sempre buscando métodos que despertem a participação dos alunos e da comunidade na construção, reconstrução e execução do projeto político pedagógico. Dessa forma, os interessados participando torna-se mais fácil traçar metas que favoreçam a formação de uma sociedade crítica, autônoma e capaz de exercer a cidadania.

“A idéia de autonomia está ligada à concepção emancipadora da educação. Para ser autônoma, a escola não pode depender dos órgãos centrais e intermediários que definem a política da qual ela não passa de executora. Ela concebe seu Projeto Político-Pedagógico e tem autonomia para executá-lo e avaliá-lo ao assumir uma nova atitude de liderança, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola”. (VEIGA, 2000: p. 24).

É bom alertar que projetos encomendados a terceiros não são recomendáveis, pois os autores não vivenciam as carências da comunidade escolar e acabam por dá origem a projetos descontextualizados e sem significação: o que acaba desmotivando professores e alunos. Devido a estes

fatores é que o Projeto Político Pedagógico deve ser algo coerente e contextualizado, com temas atuais, interessantes e desafiadores, fazendo sempre a interligação local, regional, nacional e global. Lembrando que o ponto de partida é sempre o local.

Para que isso ocorra, cada escola precisa ter o seu próprio Projeto Político - Pedagógico, elaborado pelos seus professores, com a ajuda da direção, da sociedade e dos alunos. Sente-se a necessidade de decidir coletivamente o que se quer alcançar, reforçando e detalhando pontos que os ajudem a conquistar a tão almejada cidadania.

Com a participação efetiva dos professores a elaboração deste Projeto torna-se mais coerente e contextualizado. Quando se elabora o Projeto Político Pedagógico da escola, está construindo a identidade da mesma. Por isso que este deve ser fruto de uma construção coletiva, onde os autores devem ser os citados acima, e não pessoas que estão fora da realidade em que a comunidade escolar está inserida.

Os educadores no momento de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico precisam valorizar mais o trabalho com temas interdisciplinares, pois evitam a fragmentação dos conteúdos tornando sua prática mais rica e interessante, não precisando ter momento único para matemática, ou língua portuguesa. Desta forma, despertando nos educandos o interesse pelas aulas, que sem dúvida alguma se tornam mais prazerosas, abrindo espaço para a exploração dos valores culturais, morais e éticos, fortalecendo o exercício da autonomia.

“Cidadania e autonomia são hoje duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há freqüentemente consenso” (GADOTTI, 1998:p. 21).

O papel do professor no processo ensino aprendizagem não é o de dar respostas prontas e acabadas. Cabe a estes profissionais, a função de orientador e facilitador da AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO. "Ensinar não é transferir conhecimentos mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". (FREIRE, 1996: p. 52). Também cabe a ele provocar conflitos cognitivos nos alunos impulsionando-os à criação de novos conhecimentos. Este também é responsável pela definição de objetivos claros durante a elaboração, reelaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico.

O professor deve estar avaliando e reavaliado constantemente o andamento deste, para que a partir daí possa identificar os pontos positivos e os que precisam ser melhorados, acrescentando novas metodologias e recursos diversos que colaborem para a melhoria do ensino-aprendizagem.

O educador precisa ter em mente que o conhecimento não é algo pronto e acabado, e sim um processo de construção coletiva, onde o aluno aprende através da interação com o meio, (colegas, professores, família e sociedade). Estes também, devem abrir-se-á mais ao diálogo, pois não é justo que assuma sozinho a responsabilidade de tomar decisões e estas precisam ser frutos de uma coletividade democrática, onde há discussão, e geralmente chega-se a um consenso. "Se desejamos que a população se incorpore à vida social, com presença ativa e decisória, não podemos conceder a definição da política educacional e a gestão escolar com caráter centralizador e autoritário". (CISEKI, 1998: p. 46).

Outro ponto que fortalece tanto a elaboração quanto à execução do Projeto Político Pedagógico é o interesse de profissionais críticos, inovadores e aprendizes que buscam constantemente atualizarem-se através de leituras e

Ferreiro, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Pedro Demo, Cipriano Luckesi entre outros. Dessa forma, acabaria levando para o seu trabalho o que tem de mais novo na área, tornando o aprendizado mais dinâmico e menos monótono, despertando no aluno o interesse pela aprendizagem, minimizando os índices de evasão e repetência.

É de fundamental importância que o corpo docente da escola seja bem remunerado para que estes tenham condições de ter uma vida digna, sobrando-lhes recursos para a compra de livros e materiais que tanto facilitem a sua atualização quanto ao seu trabalho pedagógico.

Alerta-se para o fato de que o Projeto Político Pedagógico quando elaborado pelas pessoas que o vivenciam é muito mais rico do que aqueles construídos por terceiros, ou até mesmo pelas Secretarias de Educação sem a participação dos professores. Estas, na maioria das vezes, só os elaboram devido às exigências do sistema e não por estarem preocupados com a melhoria da educação, o que implica num ensino de má qualidade causando enormes prejuízos à sociedade.

Os professores que lecionam nas unidades escolares em estudo, tem pouca experiência na profissão. A maioria começou a atuar há menos de um ano apesar de todos identificarem o Projeto Político-Pedagógico e sua importância no contexto educacional. A visão torna-se um pouco limitada, pois compreendem que sua elaboração diz respeito a eles e aos coordenadores pedagógicos.

Quando se trata de saber o motivo pelo qual os educadores não elaboram o projeto é unânime a resposta em culpar a administração pública

municipal – vide Secretaria da Educação pela não orientação em instruí-los para confecção do Projeto Político-Pedagógico.

Apesar da prática de trabalhar metodologia aplicada em sala de aula aliada a de utilizar projetos é novata, eles consideram que os projetos melhoraram o processo ensino-aprendizagem, permite a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, além de integrar comunidade – família - no auxílio ao desenvolvimento integral e conciso dos alunados.

2.3. - ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

A relação entre comunidade e escola deve ser baseada em confiança mútua, em um respeito profundo para o que o outro tem a oferecer. Educadores têm importante papel a este respeito, pois cabe a eles, planejar sistemática e deliberadamente para que isto ocorra.

Os educadores devem cultivar uma atmosfera agradável e amigável na escola, de modo que os saberes de pais e outros membros da comunidade sejam validados na e pela escola. Também é tarefa dele providenciar métodos que estimulem a participação política da população dentro da escola.

A comunidade participará ativamente das decisões da escola, como: em colegiados, escolha de dirigentes e das associações de pais e mestres, onde contribuirá para a melhoria do ensino. “Na educação escolar precisamos de parceiros, os primeiros e mais naturais são aqueles que estão bem próximos de nós. Os alunos da escola ao lado, o padeiro da esquina, o jornal do bairro, os pais e as mães, o clube de futebol do bairro ou a associação comercial” (ALMEIDA E FONSECA, 2000: p. 42).

A escola não deve ser um oásis ou uma ilha, fechada sobre si mesma. E sim, um espaço vivo, vibrante, respirando tanto para a afirmação da comunidade quanto para a sua renovação. Ela deve ser o centro da vida da comunidade.

O envolvimento da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico é de extrema importância, pois é ela que bem sabe o que deve ou não explorar. Cabe também a esta, acompanhar a execução do mesmo, opinando sempre na busca de resultados mais satisfatórios. “Todo projeto que

não explorar. Cabe também a esta, acompanhar a execução do mesmo, opinando sempre na busca de resultados mais satisfatórios. "Todo projeto que não trabalha com a comunidade mais próxima, resolvendo os problemas da realidade imediata, irá morrer logo adiante, sufocado pelo modismo e pela comodidade de não enfrentar seus próprios problemas" (ALMEIDA E FONSECA, 2000: p. 43).

Para que haja maior interesse da sociedade pela escola, fica claro que a construção do Projeto Político Pedagógico deve estar baseado nos interesses da comunidade, nos valores, valorização da própria cultura e na formação de cidadãos pensantes, críticos, ativos e capazes de transformar a própria sociedade. "A escola compromissada com uma cultura deve incentivar os alunos a definir, primeiro, a sua identidade, o que só pode ser conseguido por meio do contato com sua comunidade e seus valores" (ALMEIDA E FONSECA, 2000: p. 42).

A presença cultural da comunidade no espaço escolar pode vir a gerar propostas desafiadoras, como resgate das culturas de suas populações e construção de identidades, individuais e coletivas.

A comunidade tanto tem o direito como é dever dela participar das tomadas de decisões na escola, pois com a gestão democrática essa responsabilidade é dividida entre professores, diretores, alunos e comunidade. "Para o efetivo exercício da gestão democrática da escola é necessário capacitar todos os seus seguimentos, principalmente pais e alunos, respondendo às exigências dessa prática. As Secretarias de Educação devem, portanto, comprometer-se com esta capacitação" (CISERI, 1998: p. 46).

As decisões e elaborações coletivas são de suma importância, pois as responsabilidades são divididas, não ficando apenas para professores e diretores, o que favorece bastante para uma aprendizagem com significação. “O conhecimento é um ato produzido socialmente” (ALMEIDA E FONSECA, 2000: p. 41).

A atuação da comunidade junto à escola contribui enormemente para o processo de interação escola-aluno-comunidade. Por isso, são de extrema importância as reuniões de pais e professores onde é possível detectar as condições sociais e culturais, afim de melhorá-las. A colaboração dos pais e da comunidade fortalece a escola e estimula o aluno a lutar para a consecução dos objetivos educacionais propostos.

Segundo dados coletados através de entrevistas com pais de alunos das escolas municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo, o distanciamento das famílias aos centros escolares contribui bastante para o fracasso escolar, pois acreditam que os alunos sentem-se abandonados pelas famílias e dessa forma não se dedicam o suficiente para obter melhores resultados. Então, estas devem articular-se e buscar enriquecer a qualidade do ensino, minimizando os problemas que acabam afetando a sociedade em que estão inseridas.

A autonomia da escola está ligada à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias. Para a formação da cidadania é preciso que a escola exerça uma participação democrática, aberta a sugestões.

A clientela das Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo é composta de pais de alunos que possuem em média, de 2 a 4 filhos estudando, percebem uma renda mensal de até um salário mínimo -são

lavradores-, tem o primeiro grau incompleto e sabem da importância de acompanhar o processo do ensino-aprendizagem de seus filhos, permanentemente, apesar do contexto social ao qual estão inseridos dificultar tal ação.

Esta preocupação reflete-se no alto número de pais que costumam freqüentar as reuniões de pais e mestre motivados, principalmente, por eventos sociais que a escola oferece e pelo desempenho escolar de seus filhos. Porém esta freqüência à escola dá-se apenas nas reuniões e somente retornam caso a direção tenha algum comunicado dirigido específico à eles.

As Unidades Escolares em estudo por não possuírem o Projeto Político-Pedagógico – ou não executá-lo - não convidam os pais para a elaboração de seus projetos diversos. A culminância destes é que conta com a participação em massa, das famílias que vê, nestes encontros, um contato maior para diminuir a barreira comunicativa escola-aluno-comunidade.

3. A EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

O mundo está vivendo em uma era globalizada, em que a todo instante a população está bombardeada por um número enorme de informações vinda de toda parte do universo. É uma época de grandes mudanças e evoluções, e a educação é sem dúvida o assunto mais debatido e questionando. Exige-se dela transformações, reconstrução do saber da escola e formação do educador.

Segundo estudos realizados dentro e fora do país o melhor caminho encontrado para minimizar as diferenças sociais nas Escolas do Ensino Fundamental, é a construção do Projeto Político-Pedagógico próprio de cada unidade escolar, para a busca de autonomia, independência, e sua valorização, enquanto meio que visa a socialização do indivíduo. "...Se constituem um

processo político, num cotidiano positivo, coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participa de todas as categorias que a constituem..."[CORNELLY, 1997: p. 37].

O planejamento apóia-se no desenvolvimento de uma consciência crítica, no envolvimento das pessoas, da comunidade interna e externa da escola, participação, cooperação das várias esferas de governo, autonomia, responsabilidade, criatividade como processo e produto do projeto.

Para que o Projeto tenha êxito, é essencial que seja de fácil compreensão, envolvimento de todos da comunidade escolar, diretores, coordenadores, secretários, professores, pais, alunos e outros envolvidos vontade política, recursos financeiros claramente definidos, avaliação e credibilidade e auto confiança dos educadores.

O projeto da escola não é só de responsabilidade da direção, e nem algo imposto para o cumprimento de uma norma e depois engavetá-lo. Ele tem que ser construído numa gestão democrática e com uma liderança capaz de executá-lo. Para a efetivação do planejamento participativo a figura do diretor só é constatada e definida mediante a escolha do Projeto Político-Pedagógico da escola. A escolha feita através de uma eleição autônoma com todos os membros envolvidos da comunidade escolar. A decisão é tomada sem participação política, diferente de algumas escolas que a indicação é do governo municipal ou estadual.

A administração do sistema deixa de ser centrada na pessoa do diretor, e é, compartilhada com os membros da comunidade escolar; as decisões são discutidas e assumidas por todos com a responsabilidade do melhor

e exige; ele passa a ser um incentivador e coordenador das atividades propostas. Com isso a escola ganhará autonomia para estabelecer o seu projeto, executá-lo e avaliá-lo sempre que necessário, com essas perspectivas surgirão às exigências de uma gestão democrática onde cada um passará a dar a sua parcela de contribuição na sua efetivação.

Toda comunidade escolar deverá participar tanto da elaboração quanto da execução das diretrizes, metas, selecionando os aspectos facilitadores e dificultadores, bem como na conservação dos itens positivos, deliberando para sanar, substituir ou renovar aqueles considerados negativos ou contrapudcentes.

O acompanhamento e avaliação são indispensáveis para garantir ao processo sua continuidade e manutenção. Sabe-se que a participação no Projeto não é espontânea, por tanto necessita de incentivo para atraírem os grupos. As escolas poderão promover jogos educativos, comemorações em datas festivas, criação de associações, bingos beneficentes, para assim aproximar mais pais, alunos e comunidade da escola, mostrando sua realidade e conscientizando-os da importância de suas contribuições na aprendizagem de seus filhos.

Com a interação, o diálogo faz crescer o ambiente, enriquecer experiências e desenvolver um trabalho de valorização e respeito entre educandos e comunidade. É impossível haver uma aprendizagem com qualidade sem a participação de todos, não importa se ela acontece direta ou indiretamente, o importante é que haja o real envolvimento e comprometimento da comunidade.

As dificuldades encontradas diante a educação são intensas. No entanto, algumas idéias precisam ser colocadas em prática no sentido de dinamizá-la e organizá-la, para minimizar esses problemas, relacionados à educação, e, por algumas idéias consideradas favoráveis em ação é necessário a qualificação dos profissionais envolvidos, pois os mesmos encontram-se desqualificados, desinteressados ou muito ingênuos quanto a execução do Projeto Político-Pedagógico . Isto torna o ensino fragmentado, desvinculado da realidade de sua clientela e aumentando o poder ainda mais da classe dominante. Os Professores não estão capacitados para executá-lo na melhoria de sua prática pedagógica, distanciando o aluno do mundo globalizado e tornando-os incapazes de atuarem na sociedade.

A falta de informação do educador de como executar o projeto, acaba por desrespeitar as diferenças individuais e culturais do aluno, comprometendo a sua aprendizagem, capacidade de crítica e criatividade.

Em algumas escolas que possuem o Projeto Político – Pedagógico, pois os professores afirmam que não têm o conhecimento de como elaborar e muito menos de executar, sendo tarefa para um especialista. Na verdade o Projeto é uma prática docente e que deve ser realizada por toda comunidade escolar e o papel do especialista é de mediar o trabalho; e as sugestões de elaboração, e, execução deve partir do cotidiano do educando.

Em escolas onde há o projeto, os educadores reafirmam o que foi dito anteriormente, que por falta de capacitação não põem em prática, e que o mesmo encontra-se desvinculado da realidade escolar, pois o projeto foi encomendado por terceiro por uma simples exigência do sistema.

Porém é de suma importância a pesquisa nos professores, como cursos profissionalizantes, metodologias, acesso às mudanças pedagógicas, pois o corpo docente deverá ser capaz de construir e reconstruir projetos pedagógicos próprios, mostrando competências dando sugestões e apresentando propostas inovadoras e críticas. Executá-lo coletivamente, contextualizando as vivências de seus alunos com as realidades sociais, e aplicando a interdisciplinaridade.

O professor deve estar sempre se auto-avaliando, reciclando-se, socializando seus conhecimentos para superar os entraves que ocorrerem no decorrer de seus trabalhos.

Em relação ao fracasso escolar, é meta prioritária do professor combatê-lo, mas para isso, é preciso que tenha embasamento formal e político, sendo a ferramenta primordial a pesquisa, humildade e compromisso ético profissional.

Além da falta de capacitação dos profissionais em educação vários outros fatores influenciam negativamente no trabalho escolar; o baixo investimento tecnológico e financeiro, planejamento desvinculado dos aspectos e fora da realidade escolar, o descrédito da sociedade para com a educação, a má remuneração dos professores e demais envolvidos na educação, a forma como são selecionados os alunos provocando desestímulo e um número muito grande de evasões e repetências.

As lutas são intensas para sanar as dificuldades, pois todos esses problemas geram massificação do processo educativo e aumenta as desigualdades e as injustiças sociais.

Segundo Cornely (1997: p. 38) "Os grandes passos são os mesmos de qualquer planejamento, mas o que caracteriza a planificação participativa é exatamente a presença ativa, consciente, deliberada e decisiva da

comunidade, através dos líderes mais autênticos das diversas categorias que a compõem.”

A partir dessas considerações pode-se inferir que o processo ensino-aprendizagem no Brasil se apresenta não só aos educadores, mas também aos pais, membros da comunidade, alunos e governantes, com um grande problema a exigir uma solução imediata. Cabe ao Estado propor uma reestruturação e dar condições para a sua realização, mediante a um trabalho participativo, envolvendo efetivamente escola, família e comunidade.

Para a aplicação do projeto o professor precisa ter autonomia, não ter medo de errar, liberdade de criar, qualificação, propor inovações e segurança. Como toda atividade humana o projeto traz vantagens e riscos. É importante que estejamos atentos para esses acontecimentos, considerar que as dificuldades poderão ser superadas pelas vantagens.

Porém a sua tentativa de acerto já é um grande passo para adquirir autonomia, diminuir a descontinuidade administrativa, podendo inclusive pressionar os administradores a cumprirem promessas públicas, e que muitas vezes deixam de ser cobradas por desconhecimento dos direitos e por medo de ser repreendidos.

Embora o Projeto Político - Pedagógico seja um desafio para a educação a sua efetivação gera uma série de dificuldade; As atividades não podem ser determinadas, os indivíduos não podem agir em função da posição que ocupa, que são gerados preconceitos, conflitos e o trabalho pode vir a desmoronar, desconfiança do pessoal da comunidade, a compreensão de que a liderança é comum em situações participativas, inexperiência na efetivação do Projeto, cumprimento de ordens sem questionamento e o medo às

mudanças "... tudo mais deve girar em torno dessa idéia básica que exigirá honestidade, dedicação, retidão de princípios, criatividade, amor e respeito ao próximo e a humanidade em geral..." (ILCA, 1986: p. 33).

Sua importância maior está na sua nova forma de pensar, decidir, agir e analisar o grande número de falhas, descontinuidade, a não credibilidade e o baixo índice de aprendizagem, no setor educacional. "... Partindo da fé no potencial e valor do homem o planejamento propõe que o educando seja encarado como ator e não mero espectador da sua história..." (ILCA: 1986 p.34).

O aluno é o centro do processo educativo. Porém o trabalho deve ser desenvolvido a partir das suas necessidades vivenciadas, interesses e características, respeitando sua cultura e histórias, elemento ativo e participante do seu próprio processo educacional. Crianças discutindo, reivindicando, questionando, participando do processo de transformação social, com certeza minimizará as desigualdades sociais. Quando o Projeto é proposto pela comunidade é garantia a melhor formação do homem brasileiro e o ponto de partida para novas aquisições e domínio do desconhecido.

Hoje a preocupação não é mais com a transmissão do conhecimento, e sim metodologias renovadas, reciclagem e trabalho mais adequado. Os professores devem ter outra postura pedagógica, não apegar-se tanto aos livros didáticos, pois os mesmos trazem metodologias que beneficiarão cada vez mais a burguesia e o ofuscamento da classe proletariado.

Diante dessas mudanças que vem ocorrendo na educação, já é perceptível a preocupação e a resistência da classe dominante perante a execução do Projeto Político-Pedagógico, onde nota-se, o distanciamento, a

ampliação da jornada escolar tanto para alunos como para professores não havendo tempo suficiente a atualizarem-se, o atendimento insuficiente à criança e ao adolescente, críticas a participação comunitária e à gestão democrática.

É enriquecedor conscientizar de que a descentralização e autonomia precisam caminhar juntas. A luta pela eficiência depende da ousadia da escola em experimentar o novo e não apenas pensá-lo. A autonomia admite a diferença e supõe parceria. Por isso uma escola autônoma significa constante intercâmbio com a sociedade. A escola precisa fazer com que a população se sinta respeitada e prazerosa em exercer os seus direitos e de participar respeitando as diferenças locais, regionais e multiculturais.

Gadotti (1998: p. 22) afirma que “o indivíduo não chegara à igualdade apenas a partir de melhores distribuições de rendas e sim, se tivermos uma educação de qualidade em que o aluno adquira autonomia e respeito por si e pelo outro”.

3.1. – PLANEJAMENTO

Pode-se dizer que planejar é estudar. Planejar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema; procurar refletir para decidir quais as melhores alternativas de ações possíveis para alcançar determinados objetivos a partir da realidade.

Qualquer atividade exige planejamento. O de ensino é a seqüência de estudo que vai ser desenvolvida, e a especificação dos comportamentos esperados dos alunos e dos conteúdos, procedimentos e recursos, que serão utilizados para realização. O planejamento é a sistematização de todas as atividades que se desenvolve no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem.

Fusari (1984: p. 33) “aponta ser comum embora limitada negativa, a concepção entre os educadores, de planejar como sendo a elaboração de documento denominado plano”.

Planejar não consiste, em última instância, em produzir planos e projetos, mas sim, constituir um processo mental, dinâmico contínuo e complexo, desenvolvendo antes, durante e após a realização de intervenções sistematizadas e orientadas para consecução de resultados. Consiste em um processo mental dinâmico, desenvolvendo-se de forma contínua, e não em um procedimento estanque, prévio a realização de uma determinada prática.

O planejamento é uma ferramenta básica para o sucesso da ação pedagógica, até mesmo o professor mais experiente não pode abrir mão do planejamento. Ele precisa prever, organizar, acompanhar e retomar; planejar é

avaliar toda a prática pedagógica estando atento a sua complexidade e evitando improvisações.

Planejar a educação é tema de extrema relevância para contribuir da melhor organização de trabalho na escola, para que esta atinja os fins que justificam a sua existência, não é possível dissociar a idéia de planejamento educacional e escolar da necessidade de desenvolver a um Projeto Político-Pedagógico nas entidades de ensino, a inexistência de um projeto por ser compensada pela prática do planejamento coletivo. Isso determinará no desenvolvimento do próprio ato de planejar, a elaboração do mesmo.

“A história do homem é um reflexo do seu pensar sobre o presente, passado e futuro. O homem pensa o que faz; o que deixou de fazer; sobre o que está fazendo e o que pretende fazer. O homem no uso de sua razão sempre pensa e imagina o seu “que fazer”, isto é, as suas ações, e até mesmo as suas cotidianas e mais rudimentares. O ato de pensar não deixa de ser um verdadeiro ato de planejar”(MENEGOLA & ILZA SANT’ANNA, 1999: p. 15).

Para facilitar a prática pedagógica do professor a Coordenação Pedagógica Municipal promove encontros mensais para a realização de planejamento sempre com vistas às necessidades dos educadores.

O plano mensal possui seus desdobramentos, pois é feito o semanal e o diário na mesma reunião pedagógica. A metodologia empregada baseia-se nos fundamentos do Movimento de Organização Comunitária – MOC – da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS -, próprio para escolas rurais.

Este método possui três fases metodológicas: **conhecer**: observar, ver, levantar dados da realidade vivenciados pelos alunos; **analisar**: desdobrar,

confrontar, sistematizar, desenvolver o conhecimento produzido pelos alunos e eleva-lo a um novo patamar; **transformar**: agir, vivenciar, intervir na realidade a partir dos novos conhecimentos produzidos.

Para muitos professores que lecionam nas Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo, o planejamento é apenas uma exigência burocrática do diretor e coordenador. Muitos professores reclamam pelo tempo que perdem elaborando tais planos, sendo que, às vezes, nem chegam a consultá-los.

3.2. - PROJETOS DIVERSOS

No início do ano letivo elaborase o Projeto Político-Pedagógico, que é o norteador da prática pedagógica anual. Toda escola precisa desse guia, pois coordenadores, diretores e professores não podem trabalhar de forma aleatória. Estes precisam está sempre com este Projeto em mãos, para a partir dele fazer observações e identificar pontos positivos e os que precisam ser melhorados.

Como o Projeto Político-Pedagógico é bastante extenso, é necessário que tomem iniciativas e, com a ajuda de toda a comunidade escolar, elaborem projetos menores, ou seja, de curto prazo, sabendo que estes devem estar em coerência com o anual.

Dentro dessas expectativas é interessante que a escola durante o ano letivo fique atenta para as deficiências e as necessidades dos alunos e da comunidade, para a partir dessas elaborar projetos coerentes e contextualizados, que possam vir a minimizá-las.

“É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão está calcados nas atitudes de solidariedade de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico” (VEIGA, 2000: p. 31)

Quando a escola pára para analisar o desempenho dos seus alunos e identifica que grande parte deles estão com dificuldades em leitura, esta geralmente irá fazer uma reflexão, onde acabará concluindo que será

necessário construir urgentemente um Projeto de Leitura. Neste projeto serão abordados os diversos tipos de leitura, da textual à pictórica, e as variedades textuais, como os textos informativos, os publicitários, os científicos, os literários, entre outros. Todos esses recursos serão utilizados no intuito de melhorar a qualidade tanto da leitura quanto da escrita, pois quando o aluno lê bem acaba escrevendo bem.

Outros Projetos também surgem durante o ano letivo. Sente-se a necessidade de trabalhar com projetos constantemente, e não apenas nos momentos de carências. O trabalho educacional quando realizado através de projetos torna-se mais prático e aprofunda mais os conteúdos, seguindo uma seqüência lógica, o que é bastante enriquecedor.

O Projeto Político-Pedagógico dá origem a uma infinidade de projetos menores. Neste ano de 2001, as Escolas Municipais estudadas, elaboraram e executaram o Projeto de Leitura e de Ervas Medicinais. Segundo professores dessas unidades escolares, estes projetos foram construídos e trabalhados com a intenção de melhorar a qualidade da leitura e da escrita, explorando também os conhecimentos da comunidade sobre ervas medicinais encontradas na região.

Alguns obstáculos foram encontrados durante a execução dos projetos, como, por exemplo, a falta de material didático e apoio da Secretaria Municipal da Educação. Porém os resultados foram satisfatórios.

Uma das vantagens de se trabalhar com projetos é que esses geralmente são elaborados por uma coletividade, fruto de muitos estudos, discussões e pesquisas. Todos esses fatores contribuem bastante para um

maior embasamento teórico-metodológico, o que refletirá na melhor qualidade do ensino-aprendizagem.

“Dados comprovam que nos últimos anos a qualidade do ensino melhorou, no entanto para que a educação brasileira alcance maior êxito será necessário que as entidades competentes procurem meios de organizar melhor o ensino, pois tanto existem professores compromissados com a educação, como uma parte que ocupa o cargo apenas por falta de outra opção de emprego, o que dificulta muito o andamento do ensino de melhor qualidade” (VEJA, 12/09/2001: p. 106).

Observa-se que grande parte dos professores tem dificuldades tanto na elaboração quanto na execução dos projetos. Um dos fatores que contribuem para que isto ocorra, é a falta de cursos de atualização do corpo docente, pois existem profissionais que já lecionam a vários anos, e a todo momento ocorrem mudanças que os mesmos acabam por não conhecê-las de forma clara. Então, dessa forma, torna-se difícil acompanhar as transformações que vêm ocorrendo na área da educação.

Os diversos projetos elaborados e executados durante o ano letivo contribuem tanto para a melhoria da qualidade do ensino, como para atrair a comunidade para dentro da escola. Certamente, estes devem trabalhar conteúdos que estejam ligados aos interesses da sociedade, pois o que o aluno aprende na escola será utilizado em seu cotidiano na comunidade, no trabalho e em sua casa. Por isso que os projetos devem ser elaborados enfatizando os interesses dos alunos e da comunidade, e não apenas os interesses da escola. Esta deve prestar serviços educacionais que sejam

transformadores e de boa qualidade, propiciando o acesso ao conhecimento a todos, privilegiando o processo de transformação social.

Para que a prática de projetos dê certa, alcançando resultados mais satisfatórios seria necessário que se investisse mais nos recursos humanos, como capacitação de todos os membros que fazem parte da educação, principalmente professores e diretores. Como já foi ressaltado, fica muito complicado cobrar mais empenho e melhores resultados, se existem professores lecionando sem receber cursos de aperfeiçoamento que os auxiliem em sua prática pedagógica.

Percebe-se que seria necessário que as Secretarias de Educação, tanto as estaduais como as municipais, promovessem cursos que ajudassem os professores na elaboração de projetos. Desta forma, com todos atualizados e capacitados não seria necessário encomendar projetos a pessoas que não conhecem as necessidades da clientela, tampouco o contexto em que a escola está inserida, e para que estes sejam executados com maior eficiência, seria preciso que as Secretarias acompanhassem de perto, para a partir daí auxiliar os professores nos momentos de dificuldades.

“É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o Projeto Político-Pedagógico em ação” (VEIGA, 2000: p. 30).

Uma das formas de tornar a educação mais equilibrada e significativa é através da realização de trabalhos partidos de projetos coerentes e constantes. A escola não deve apenas elaborar ou encomendar o Projeto Político-Pedagógico a especialistas e engavetá-lo, mas sim, junto com professores e

comunidade está sempre o analisando, e a partir deste extrair novos projetos menores que venham suprir as necessidades dos alunos e da sociedade.

Quando se começa a trabalhar com projetos, são grandes as dificuldades encontradas, pois o novo nunca é fácil; ele, na maioria das vezes, acaba gerando ansiedade, medo e até mesmo rejeição. Porém, após algum tempo, as ansiedades se minimizam e o que antes era problema deixará de ser, cedendo lugar aos bons resultados.

O comodismo é um dos fatores que afeta a prática de projetos, pois muitos professores preferem continuar trabalhando sempre da mesma maneira, sem dedicar-se tanto à educação. Então como trabalhar com projetos exigirá mais estudos e mais trabalho, precisando pesquisar para depois elaborar, executar e reelaborar os seus projetos, estes resistem o quanto podem para não adotar essa prática.

“Há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dos muros da escola”.(VEIGA, 2000: p. 33).

Alerta-se para o fato de que todo projeto elaborado deverá sair do papel, ou seja, precisa ser executado explorando tudo o que for possível. Os vários projetos elaborados e executados durante todo o ano servirão para facilitar o trabalho do professor, como para conseguir trazer a comunidade para dentro da escola, lembrando também que estes minimizarão várias carências detectadas em todas as disciplinas.

Vê-se que o trabalho com a prática de projetos não realiza milagres, mas felizmente é uma das melhores formas de se contextualizar mais os conteúdos

e conseguir trabalhar de maneira menos fragmentada, valorizando mais o ensino significativo.

4. - A DICOTOMIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA

O planejamento é essencial e de grande valor para o educador pois é ele que irá ajuda-lo a direcionar o seu trabalho. Porém, observa-se que não há preocupação por parte de alguns educadores em planejar, e essa acomodação acaba por prejudicar a elaboração e execução do projeto; não há também nenhum interesse de governo em qualificar os profissionais, pois desta forma o ensino está satisfazendo seus ideais.

No entanto, esse interesse tanto do governo como dos educadores tem causado falhas enormes na educação brasileira. Muitos profissionais desconhecem o que é um projeto e faltam-lhes embasamentos teóricos e práticos para a sua efetivação.

Sabe-se que o projeto para ter êxito e sucesso, teoria e prática precisam caminhar juntos. O trabalho não surtirá efeito se acontecer distanciamento entre ambos. Esse é um dos pontos negativo que tem dificultado o trabalho dos educadores e contribuído para uma educação de má qualidade. É explícito observar a pouca habilidade e segurança dos professores no desenrolar do

Projeto Político-Pedagógico. Com isso vem crescendo assustadoramente a insatisfação com a educação praticada nas escolas.

Nota-se também que as mudanças que vem ocorrendo no processo educacional são bastante lentas apresentadas e realizadas pelos profissionais de forma insegura. As estruturas das escolas não atendem às expectativas destas transformações e não são capazes de acompanhar as evoluções tecnológicas, e o ensino acaba por ser algo monótono e desinteressante para os educandos.

É necessário que o governo incentive mais no sentido financeiro e tecnológico na qualificação dos profissionais docente. É imprescindível que os educadores concentrem mais esforços, pesquisem mais, atualizem seus conhecimentos, para assim ter uma educação de qualidade e que satisfaça aos anseios de todo educando.

4.1 ANALISANDO AS ESCOLAS EM ESTUDO

O Projeto Político-Pedagógico é algo que deve ser elaborado em cada unidade escolar, por toda equipe responsável por seu planejamento e execução, analisando e revisando processualmente seus objetivos e metas visando gradativamente melhorias no processo ensino-aprendizagem.

No entanto, percebe-se que em algumas escolas do Município de Morro do Chapéu não existem o Projeto Político-Pedagógico, e as que possuem raramente conseguem executá-lo. Estes, em sua maioria foram, construídos dentro da Secretaria de Educação, com a ausência dos professores, tornando-os descontextualizados.

Um dos fatores que contribuem para tal descontextualização é o fato deste município ter uma grande extensão territorial, com uma ampla diversidade cultural, tornando quase impossível atender as necessidades de cada unidade escolar.

“O planejamento e seu subproduto, o plano ou projeto, não tem valor em si mesmos, pois uma ação bem planejada de nada vale caso não venha corresponder à qualidade do planejamento, uma qualidade de conteúdo, isto é de sua dimensão política e uma vontade de agir, e colocar em prática o planejado” (LUCK, 1991: p. 14).

De acordo com os dados coletados com os professores das Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo nas localidades de Tamboril e Santa Mônica, povoados de Morro do Chapéu, apenas 11% sentem-se seguros tanto na elaboração como na execução do Projeto Político-Pedagógico, enquanto 89% não demonstram segurança. Estes apontam como

principais motivos à falta de orientação e apoio por parte da Secretaria de Educação, falta de material didático, curso de capacitação profissional entre outros.

Os educadores das unidades escolares em estudo afirmam que o trabalho com projetos impostos pela Secretaria Municipal de Educação torna a prática pedagógica quase sempre desarticuladas. Estes projetos, geralmente, são baseados nas escolas da sede do município que possuem uma realidade totalmente oposta das escolas em que atuam.

Conforme a LDB - Lei de Diretrizes Bases - toda escola deve possuir seu próprio Projeto Político-Pedagógico. No entanto, segundo os coordenadores das 85 escolas do Município de Morro do Chapéu, 91% delas não possuem o Projeto Político-Pedagógico, dentre elas está uma das escolas em estudo - Escola Municipal Manoel Figueiredo -.

Percebe-se a necessidade de que a comunidade participe ativamente tanto na elaboração como na execução do Projeto Político-Pedagógico. Porém nota-se que há um distanciamento entre escola e comunidade. Alguns dos motivos que contribuem para este fato: baixo grau de escolaridade dos pais, falta de convite por parte da escola no momento da elaboração do projeto; este segundo fato, foi abordado por 97,5% dos pais entrevistados.

Com estas informações observa-se que há uma grande divergência entre teoria e prática, pois se fala de um modo e efetua-se outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante a construção do Projeto Político – Político Pedagógico das Escolas Municipais de Morro do Chapéu na medida em que ele serve para melhor embasar a comunidade escolar na sua função de propulsora do despertar do alunado para a modificação do mundo que está inserido. Isto é confirmado durante todo trabalho de pesquisa acadêmica realizada através desta monografia.

Notou-se que as teorias adotadas, vide práticas pedagógicas, dos professores das Escolas Municipais Andradina Montenegro e Manoel Figueiredo têm sofrido modificações para melhor atender aos anseios dos alunos. Os educadores sentem a necessidade de ter um guia que oriente sua prática, sendo unânimes em apontar o Projeto Político – Político Pedagógico como mola - mestra do trabalho escolar.

Outro fator relevante foi à consciência da comunidade escolar – direção, coordenação pedagógica, professores e pais de alunos – que o Projeto Político – Político Pedagógico seja construído com a ajuda destes elementos. É

necessário que este Projeto retrate as necessidades em que as comunidades escolares estão inseridas para buscar-se uma educação de qualidade voltada para os novos paradigmas do novo milênio, contemplando as práticas pedagógicas inovadoras.

Os professores das Unidades Escolares em estudo possuem a sensibilidade de necessitarem de constante atualização pedagógica vez que há uma cobrança por parte do alunado e da comunidade em geral para que o ensino não seja insignificante com relação ao da sede do município e nem descontextualizado da vida do aluno.

A Coordenação Pedagógica Municipal dá suporte para o professor através de cursos de qualificação profissional – a exemplo do Programa Parâmetros em Ação e PROFA que existem no município – mas, percebe que falta um acompanhamento mais atuante para a verificação da prática pedagógica do professor.

É feito o planejamento mensal das atividades dos professores sempre com um tema gerador que permite a prática de elaboração de projetos. Este, de acordo com a pesquisa realizada, melhora significativamente o processo ensino x aprendizagem e ajudam a transformar a escola num ambiente acolhedor, propício para o bom desempenho dos alunos.

Nas escolas pesquisadas percebe-se que a gestão participativa é fruto do bom entrosamento da comunidade escolar. Estes admitem que sem a democracia no ambiente escolar não pode haver construção do saber, nem tampouco a formação de cidadãos críticos e conscientes acerca do mundo em que estão ambientados.

O apoio da comunidade em geral é de fundamental importância na elaboração e execução não somente do Projeto Político – Político Pedagógico como também dos projetos que as escola desenvolve, vez que é utilizado tema gerador por mês. A presença dos pais é fundamental para a culminância destes projetos.

O fato do Ministério da Educação realçar a presença da família da escola, com uma campanha de âmbito nacional neste ano de 2001, reforça a teoria que os pais precisam acompanhar o desenvolvimento educacional dos seus filhos e ajuda a escola a banir possíveis erros no processo ensino x aprendizagem.

As escolas estudadas possuem um corpo docente e administrativo cientes de seu papel de agente transformador da sociedade, precisando apenas de um maior apoio não apenas financeiro, mas também técnico – administrativo para elaborar e executar o seu Projeto Político – Político Pedagógico.

ANEXOS

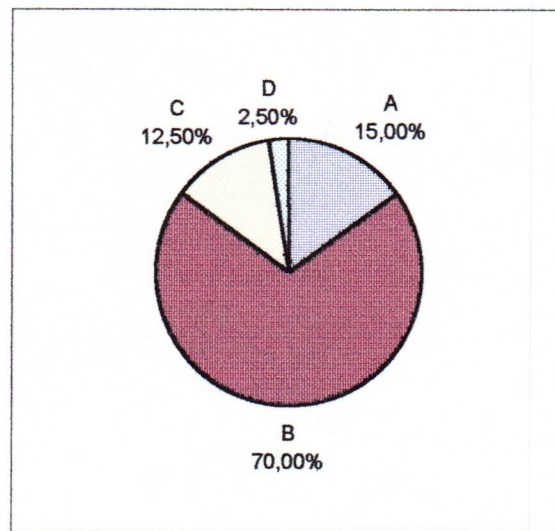
ENTREVISTA PARA COMUNIDADE

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

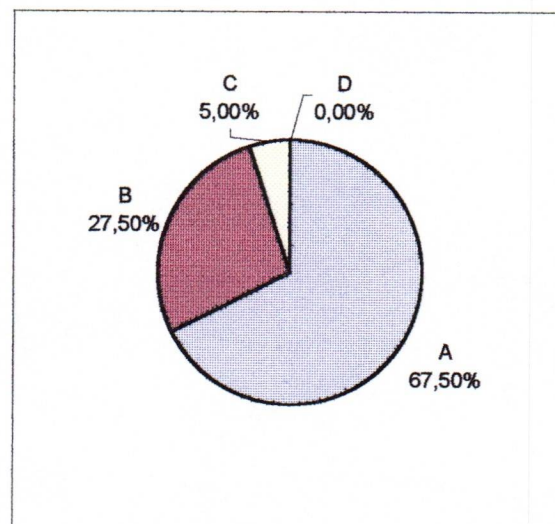
1 Quantidade de filhos na escola.

- a 01
- b de 02 a 04
- c de 04 a 06
- d mais de 06



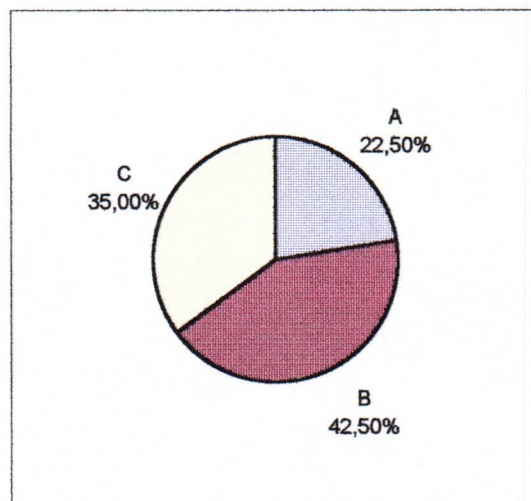
2 Renda mensal total.

- a Até 01 salário mínimo;
- b 01 salário mínimo;
- c De 01 até 03 salários mínimos;
- d Mais de 03 salários mínimos.

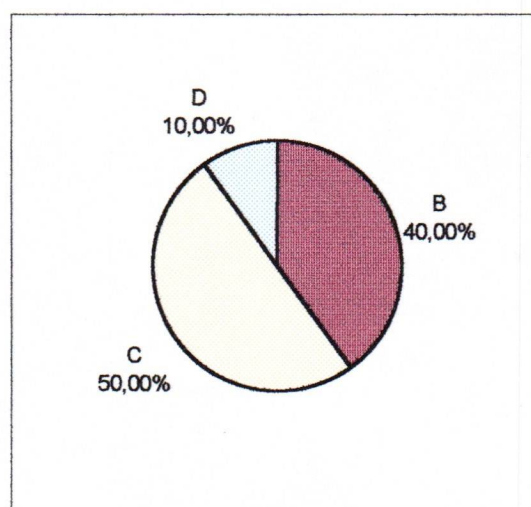


3 Nível de instrução.

- a não alfabetizado (a)
- b alfabetizado (a)
- c 1º grau completo;
- d 1º grau incompleto;
- e 2º grau completo;
- f 2º incompleto.

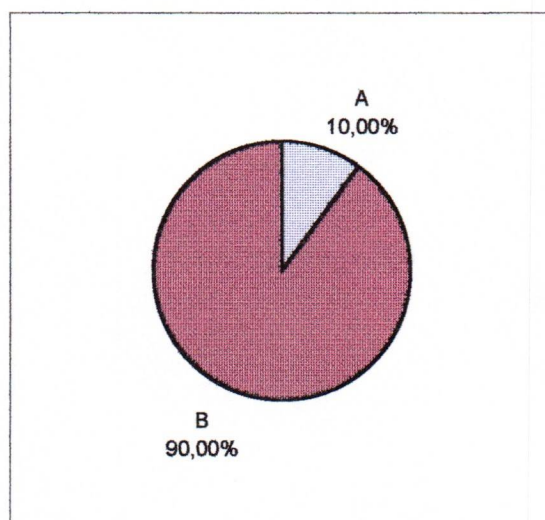
**4 Qual a frequência do acompanhamento da aprendizagem de seu filho, em sua casa?**

- a não acompanho;
- b diariamente;
- c de vez em quando;
- d nos fins de semana.

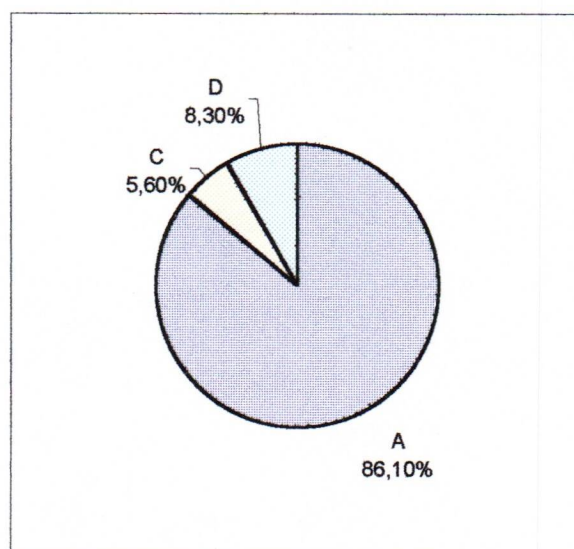


5 Costuma ir às reuniões de pais e mestres?

- a sim;
- b não;
- c às vezes.

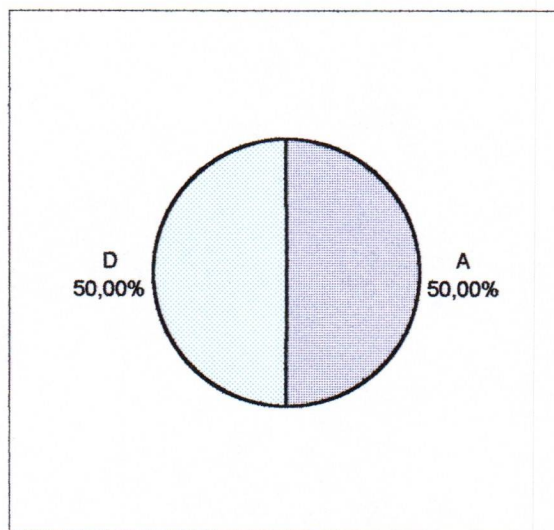
**5.1- Caso sua resposta seja positiva um dos motivos é:**

- a interesse na aprendizagem do filho (a);
- b reclamar dos professores;
- c opinar na melhoria ensino-aprendizagem;
- d outro motivo.

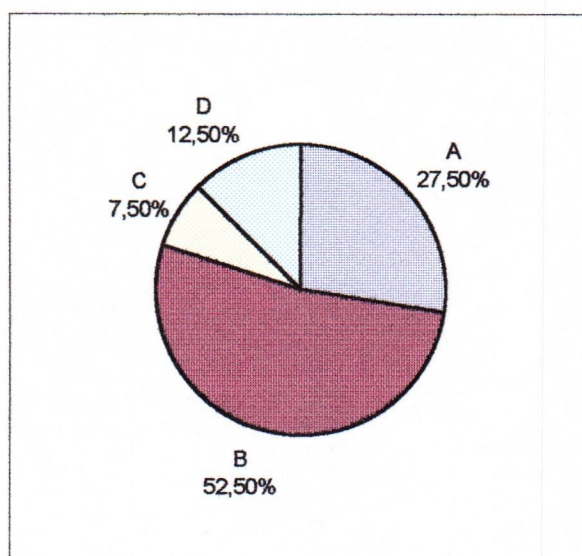


5.2- Caso sua resposta seja negativa um dos motivos é:

- a horário inadequado das reuniões;
- b falta de interesse;
- c reuniões enfadonhas;
- d outro motivo.

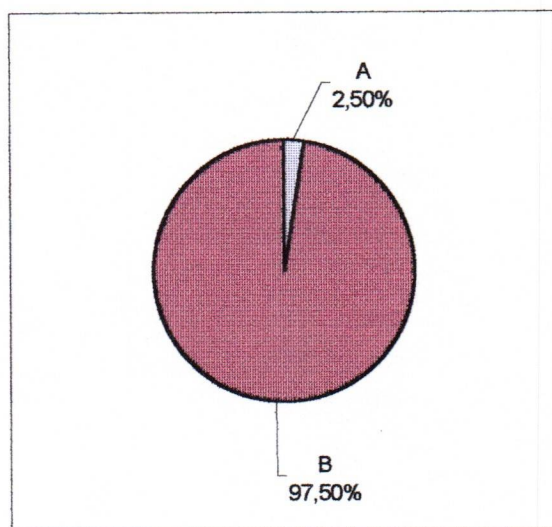
**6 Com qual frequência você visita a escola, fora a reunião de pais e mestres?**

- a nenhuma;
- b só quando sou chamado;
- c uma vez por mês;
- d outros.

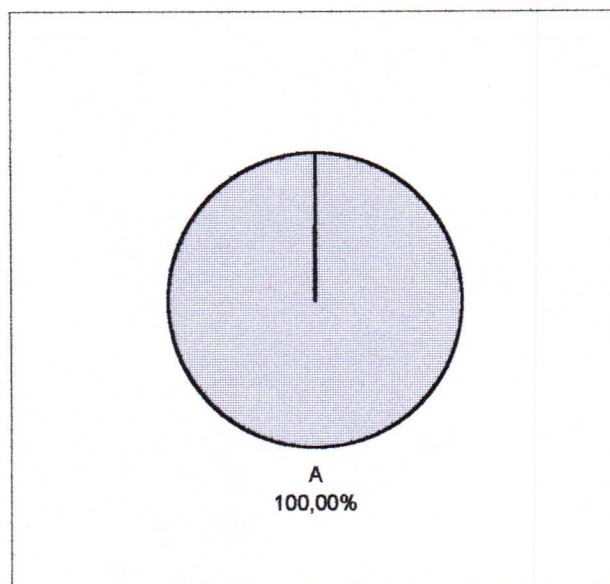


7 O Sr. (a) já participou da elaboração de algum projeto da escola?

a- () sim b- () não.

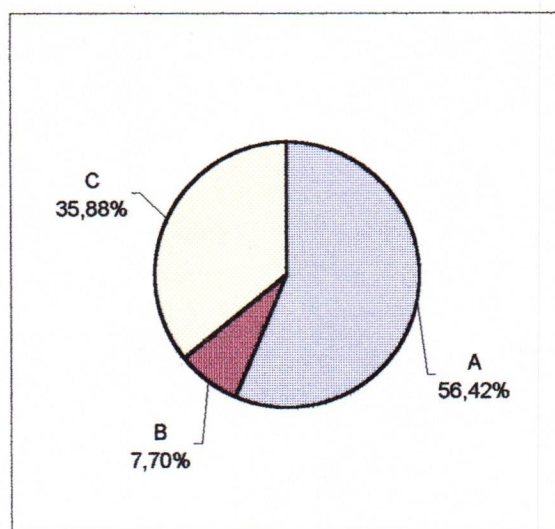
**7.1- caso sua resposta seja positiva quais motivos levaram?**

- a () convite por parte da escola;
- b () interesse na melhoria ensino-aprendizagem;
- c () maior integração com a escola;
- d () todas as alternativas citadas;
- e () outro motivo.

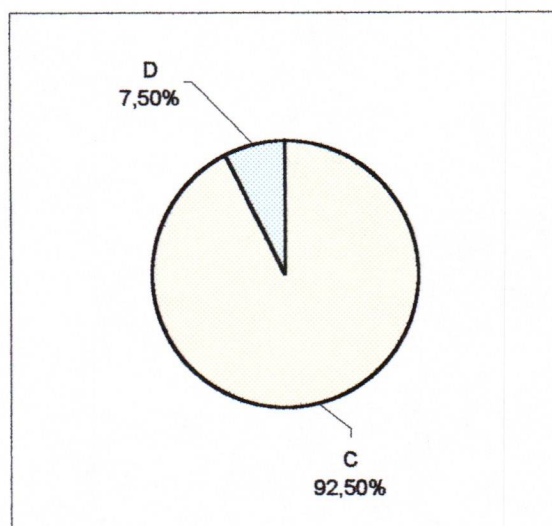


7.2- Caso seja negativa, quais os motivos?

- a falta de convite por parte da escola;
- b falta de interesse;
- c falta de tempo;
- d outros.

**8 Nas festas (Culminância) de projetos executadas na escola que o Sr (a) já participou, qual a sua opinião a respeito?**

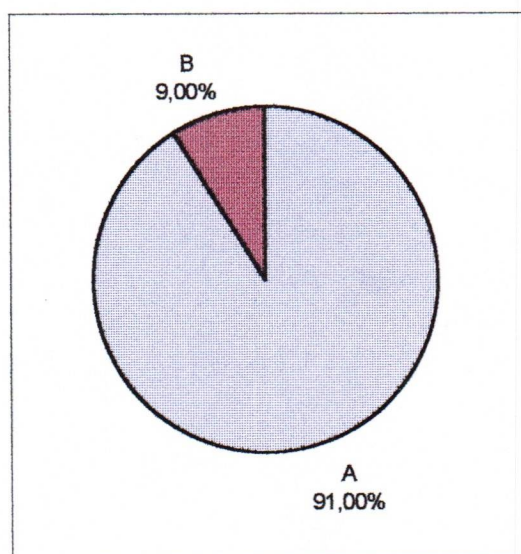
- a desinteressantes;
- b faltou uma maior integração escola-comunidade;
- c interessantes pois houve uma integração escola-comunidade;
- d outros.



ENTREVISTA PARA COORDENADORES PEDAGÓGICOS / DIREÇÃO

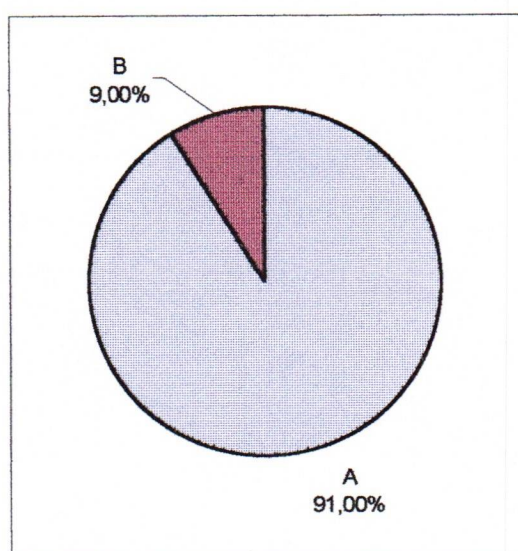
1. Na sua opinião o que é Projeto Político Pedagógico?

- a um norteador das ações pedagógicas de cada unidade escolar;
- b um guia pronto e acabado que norteia as ações pedagógicas de cada unidade escolar;
- c algo de caráter burocrático sem nenhuma funcionalidade;
- d outros.



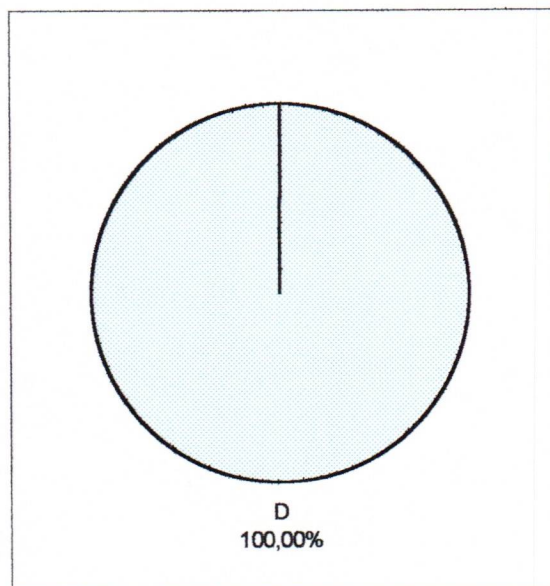
2. As escolas que você coordena possui o Projeto Político Pedagógico?

- a sim;
- b não.

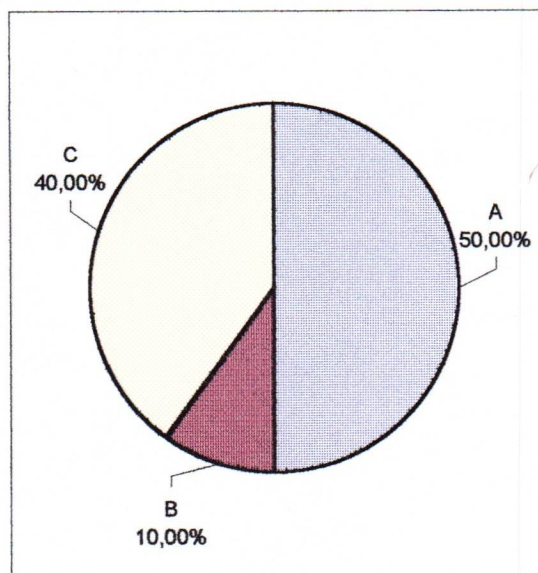


2.1- Caso a sua resposta seja negativa, por quê?

- a não há uma exigência de secretaria municipal da educação;
- b comunidade escolar não capacitada para a elaboração do mesmo;
- c não tive oportunidade de explicar a necessidade da elaboração do mesmo;
- d outros.

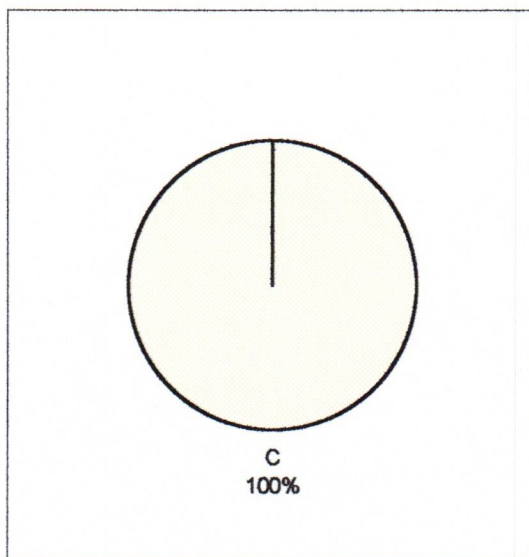
**2.2- Caso seja positiva, ele está sendo executado?**

- a- sim b- não c- em parte.

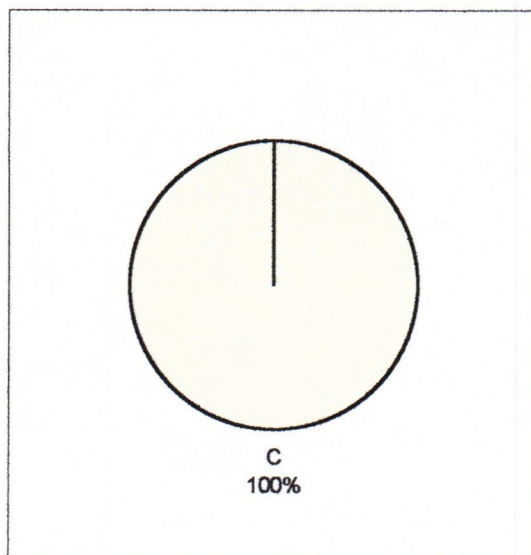


2.2.1- Caso esteja sendo executado, de que maneira?

- a seguindo rigorosamente o que foi planejado;
- b com modificações a partir das vivências do dia-a-dia;
- c exigindo dos professores total empenho na execução do mesmo;
- d outros.

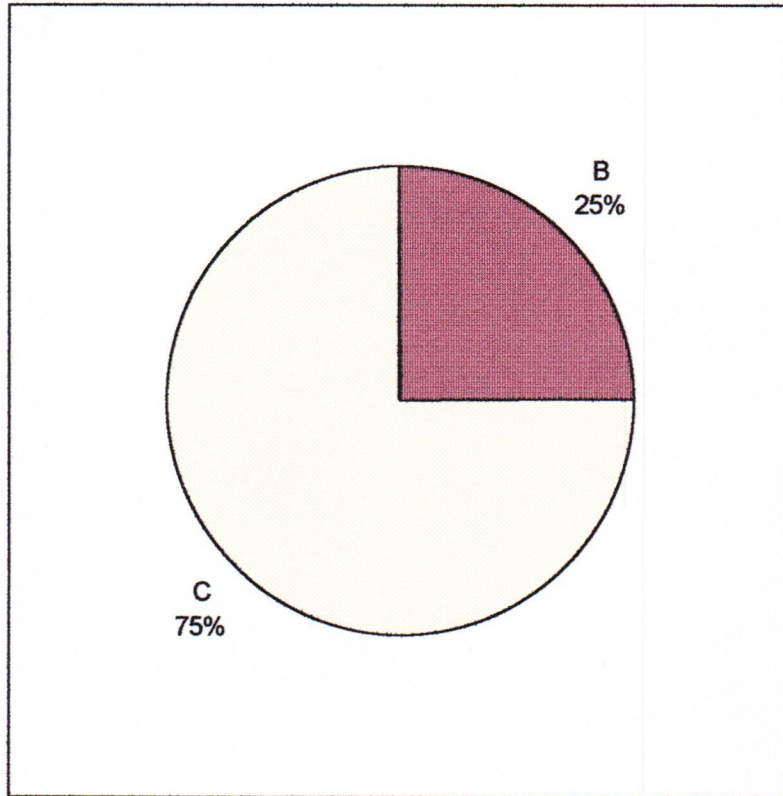
**2.2.2- Caso não esteja sendo executado, por quê?**

- a entraves burocrático;
- b desarticulação dos integrantes da unidade escolar;
- c falta de envolvimento da comunidade (pais dos alunos)
- d outros.



2.2.3- Caso esteja sendo executado, em parte, de que forma?

- a sem articulação da comunidade escolar (direção, coordenação, professores e alunos)
- b sem a participação efetiva dos pais dos alunos;
- c com alguns entraves burocráticos (falta de verbas);
- d outros.



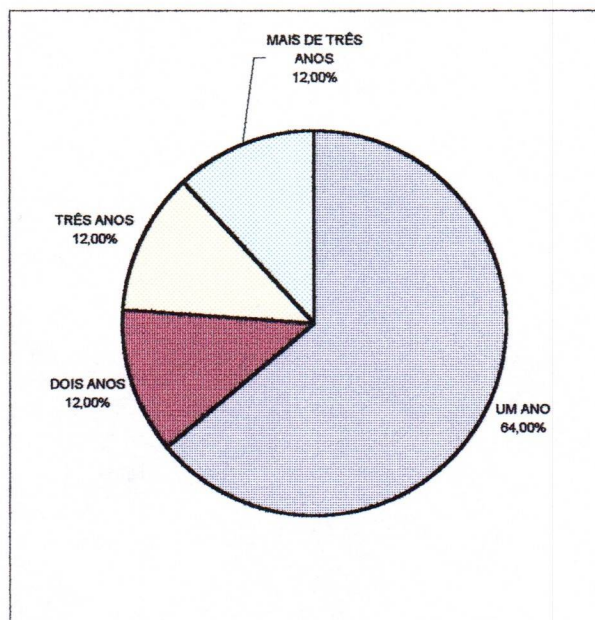
NOME DO ENTREVISTADO:

ENTREVISTA PARA O PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE

Escola: _____

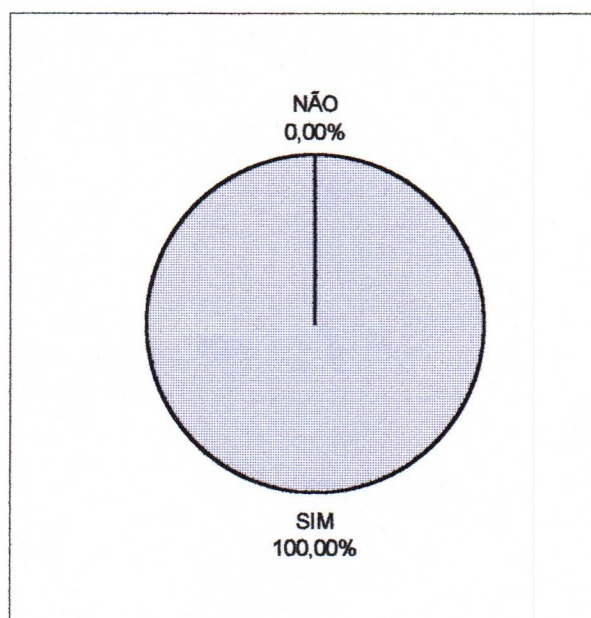
Localidade: _____

Professor: _____ Série: _____

Experiência em sala de aula (lecionando de 1ª à 4ª série):**1 Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico?**

a() sim

b() não

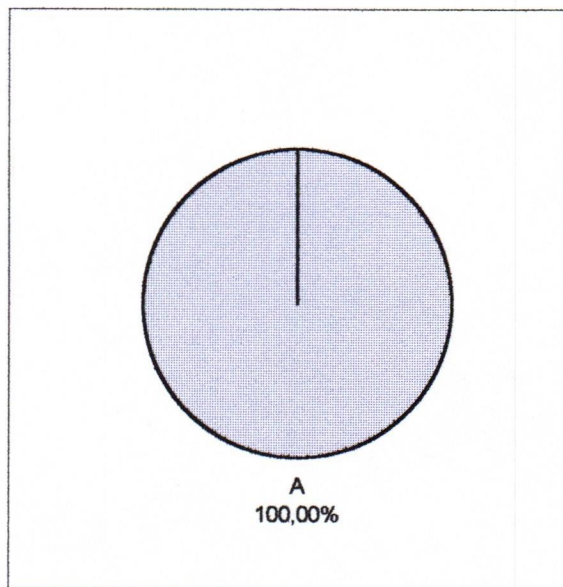


1.1 - Caso sua resposta seja negativa, por quê?

- a falta de experiência no magistério;
- b falta de orientação da coordenação pedagógica do seu município;
- c falta de interesse próprio;
- d outros

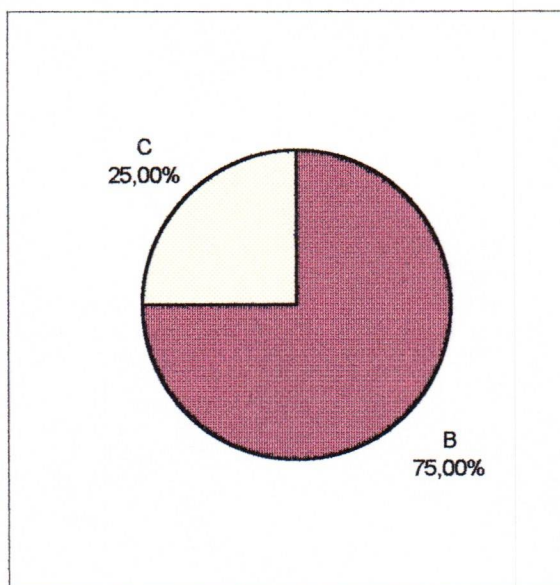
1.2 - Caso seja positiva qual a melhor definição para o projeto político pedagógico?

- a facilitador da sua prática pedagógica;
- b dificultador da sua prática pedagógica;
- c um modelo pronto e acabado que o ajuda em sala de aula;
- d outros



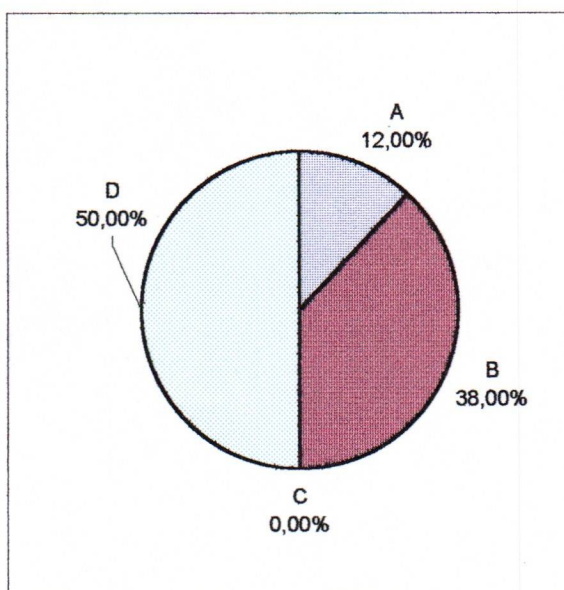
2 Qual a importância do projeto político pedagógico para a sua prática cotidiana?

- a nenhuma importância;
- b serve como um guia que orienta a minha prática;
- c um articulador para a vivência da interdisciplinaridade;
- d outros.



3 Quais as pessoas que estão envolvidas na elaboração do projeto político pedagógico

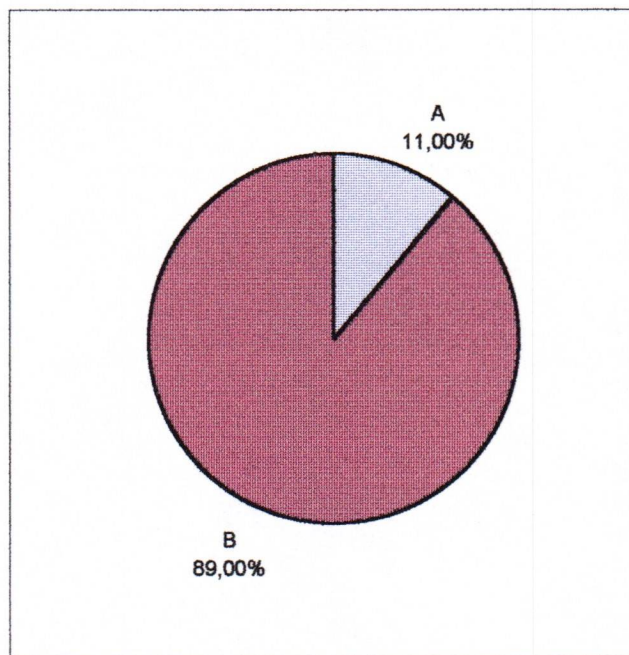
- a somente professores;
- b professores e coordenadores;
- c coordenadores e direção;
- d toda comunidade escolar.



4 Você se sente seguro (a) na elaboração e execução do projeto político pedagógico?

a() sim. por quê? _____

b() não. por quê? _____

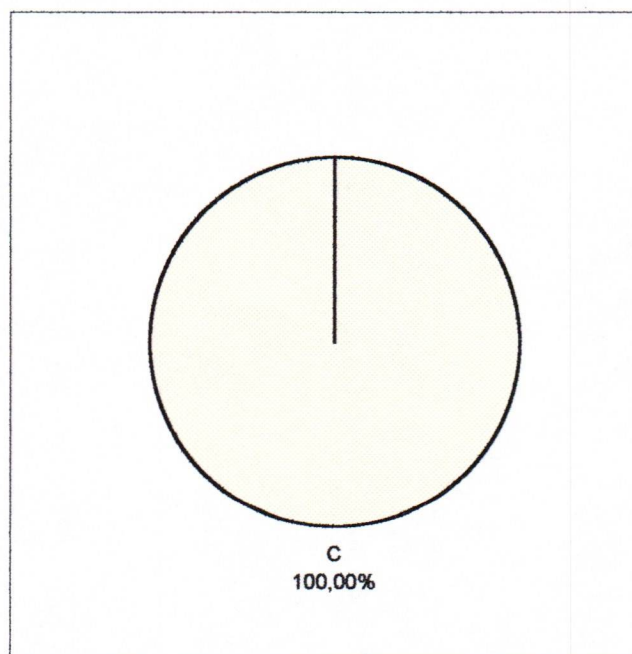
**5 Você costuma trabalhar com projetos?**

a() não. nunca trabalhei;

b() sim., porém sem praticar a interdisciplinaridade;

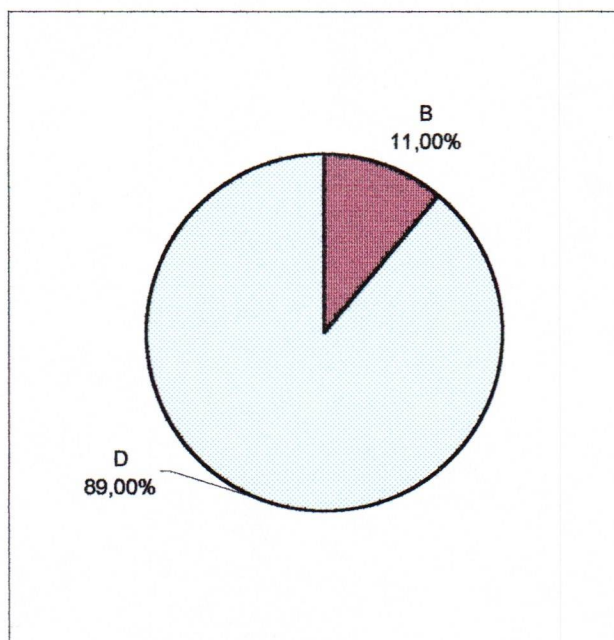
c() às vezes;

d() sim e praticando a interdisciplinaridade.



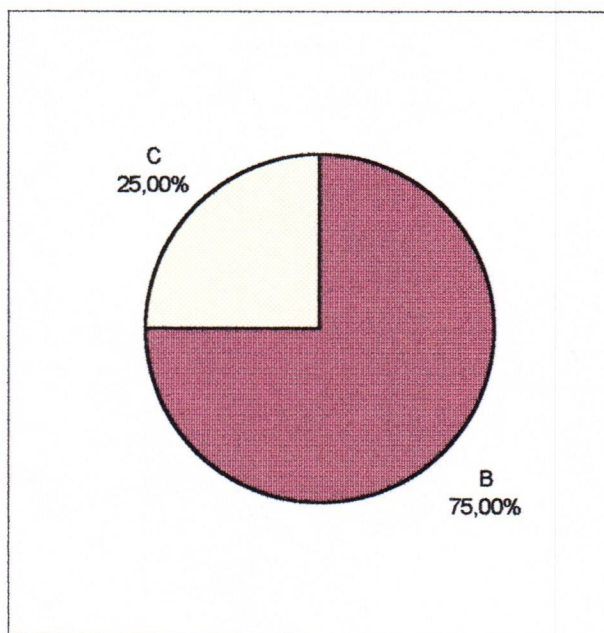
6 Qual objetivo você pretende alcançar no momento da elaboração e execução do projeto político pedagógico?

- a() melhoria no processo ensino-aprendizagem;
- b() prática da interdisciplinaridade;
- c() integração da comunidade escolar;
- d() todas as alternativas citadas.



7 Como você avalia o índice de aprendizagem dos alunos, trabalhando com projetos?

- a() ótimo;
- b() bom;
- c() regular;
- d() não surte efeito.



BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: O que é? Como se faz?** Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** Petrópolis: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 1993.

GANDIN, Danilo. **Planejamento: como prática educativa.** 10 Ed, São Paulo: Loyola, 1999.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na Educação: Os projetos de trabalhos.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

LUCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Educacional.** Petrópolis,: Vozes, 1998.

MENEGOLLA, Maximiliano & SANT 'ANA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar. Currículo –Área – Aula.** Petrópolis: Vozes, 1991.

MORAIS, Maria Cândida. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas: SP: Papyrus, 1997.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____ & GADOTTI, Moacir. **Projeto da Escola Cidadã: a hora da sociedade**. São Paulo, IPF, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: SP: Papyrus, 1995.